

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

01 – (Módulo 1 – Aula 1) - O preço de equilíbrio para uma mercadoria é determinado:

- a) Pela demanda de mercado dessa mercadoria.
- b) Pela oferta de mercado dessa mercadoria.
- c) Pelo balanceamento das forças de demanda e oferta da mercadoria.
- d) Pelos custos de produção.
- e) Nenhuma das respostas anteriores

02 – (Módulo 1 – Aula 2) - A elasticidade-renda da demanda é o quociente das variações percentuais entre:

- a) Renda e preço.
- b) Renda e quantidade demandada.
- c) Quantidade e preço.
- d) Quantidade e renda.
- e) Quantidade e preço de um bem complementar.

03 - (Módulo 1 – Aula 3) – As ações econômicas desenvolvidas por produtores e consumidores exercem, necessariamente, efeitos incidentes sobre outros produtores e/ou consumidores que escapam ao mecanismo de preços, ainda que estes sejam determinados em regimes de mercado perfeitamente competitivos. Estes efeitos, não refletidos nos preços, são conhecidos por “efeitos externos” ou “externalidades”. Considerando o conceito de externalidade, é **correto** afirmar que elas:

- a) São corrigidas pelo sistema de preços;
- b) Decorrem do fato de ser impossível que a ação de um agente ou grupo de agentes tenha impactos sobre resultados desejados por outros agentes;
- c) São sempre negativas, de vez que estão relacionadas com a piora, decorrente de ações de outros, dos resultados desejados por determinados agentes;
- d) São sempre positivas, de vez que estão relacionadas com a melhora, decorrente de ações de outros, dos resultados desejados por determinados agentes;
- e) São decorrentes do fato de que a ação de um agente ou grupo de agentes pode ter impactos sobre resultados desejados por outros agentes;

04 - (Módulo 1 – Aula 3) – Na definição de bem público, os conceitos de não rivalidade e de não exclusão dizem respeito, respectivamente, aos fatos de que

- a) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente públicos.
- b) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores.
- c) o consumo de uma unidade do serviço reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço.
- d) o consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores e de que não se pode excluir uma pessoa do consumo daquele serviço.
- e) não se pode excluir uma pessoa do consumo de um dado serviço e de que seus custos de produção são exclusivamente privados.

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

05 - (Módulo 1 – Aula 3) – Considere as seguintes afirmações abaixo sobre assimetria de informações:

I - A seleção adversa (tipo oculto) ocorre em situações nas quais uma das partes da transação não consegue observar o “tipo” ou a “qualidade” dos bens ou insumos no outro lado do mercado.

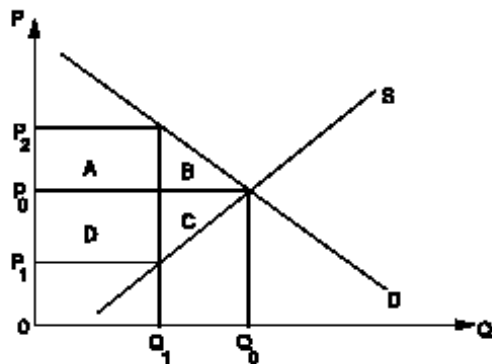
II - O risco moral (perigo moral, moral hazard ou ação oculta) refere-se a uma situação em que um lado do mercado não pode observar as ações do outro lado do mercado. É conhecido também como problema da ação oculta.

III – O oferecimento de uma garantia na compra de um bem é um exemplo de um mecanismo de incentivo (sinalização) usado para evitar problemas de risco moral, mecanismo esse que não tem eficácia na prevenção dos problemas relacionados à seleção adversa.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas
- c) Nenhuma afirmação está correta
- d) Apenas a afirmação III está correta
- e) Apenas as afirmações I e III estão corretas

06 - (Módulo 2 – Aula 1) – O gráfico abaixo representa um mercado operando em concorrência perfeita, com o preço e a quantidade de equilíbrio dados, respectivamente, por  $P_0$  e  $Q_0$ .



O nível de bem-estar agregado (eficiência alocativa) pode ser mensurado, no equilíbrio parcial, pela soma dos excedentes do produtor e do consumidor. Se o governo estabelecer que o preço máximo a ser cobrado é  $P_1$ , a perda de eficiência alocativa (isto é, a perda de peso morto) decorrente será igual à soma das áreas:

- a)  $A + B + C$
- b)  $A + B$
- c)  $B + C$
- d)  $B + D$
- e)  $D + C$

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

07 – (Módulo 2 – Aula 1) - Uma situação econômica é dita eficiente de Pareto quando

- a) não é possível aumentar a utilidade marginal da renda sem aumentar o preço.
- b) não é possível melhorar o bem-estar de um agente econômico sem piorar o de outro.
- c) o excedente do consumidor é igual ao excedente do produtor.
- d) o nível de bem-estar é o mesmo para todos os indivíduos.
- e) os rendimentos são distribuídos igualmente.

08 – (Módulo 2 – Aula 1) – De acordo com o Primeiro Teorema do Bem-Estar para uma economia de trocas, toda alocação de equilíbrio de mercado é uma alocação eficiente de Pareto. Dessa forma, se uma alocação  $x^*$  é um equilíbrio walrasiano (competitivo), então  $x^*$  também é um equilíbrio de Pareto, em outras palavras, todos os equilíbrios de mercado são eficientes de Pareto. Indique qual das seguintes alternativas a seguir não representa uma hipótese implícita desse teorema.

- a) Os agentes só se preocupam com o seu consumo de bens, e não com o consumo dos outros agentes, isto é, não existe externalidades (positivas ou negativas) no consumo.
- b) Os agentes se comportam com numa economia competitiva (mercado em concorrência perfeita), isto é, são tomadores de preço, tomam o preço como dado.
- c) Supõe a existência real de um equilíbrio competitivo. Todas as informações relevantes devem ser de conhecimento comum de compradores e vendedores, isto é, não existe assimetria de informações.
- d) Ausência de externalidades e de bens públicos, isto é, os direitos de propriedades estão bem definidos e todos os bens são privados.
- e) Existência do Estado (Poder Público).

09 - (Módulo 3– Aula 1) - Deduzindo-se do Produto Interno Bruto a preços de mercado a renda líquida enviada ao exterior, obtém-se o

- a) Produto Nacional Líquido a preço de mercado.
- b) Produto Interno Bruto a custo de fatores.
- c) Produto Nacional Bruto a preço de mercado.
- d) Produto Interno Líquido a custo de fatores.
- e) O saldo em transações correntes do balanço de pagamentos

10 - (Módulo 3 – Aula 1) - A curva que descreve uma relação entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego denomina-se:

- a) curva de Phillips
- b) curva de Engel
- c) curva de Demanda Agregada
- d) curva de Oferta Agregada
- e) curva de indiferença

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

### Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

---

11 – (Módulo 3 – Aula 1) – A partir de janeiro de 2001, o Banco Central do Brasil passou a divulgar o balanço de pagamentos de acordo com a metodologia contida no Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional. Não faz parte das alterações introduzidas na nova apresentação:

- a) introdução, na conta corrente, de clara distinção entre bens, serviços, renda e transferências correntes, com ênfase no maior detalhamento na classificação dos serviços.
- b) introdução da "conta de capitais" em substituição à antiga "conta financeira".
- c) estruturação da "conta de rendas" de forma a evidenciar as receitas e despesas geradas por cada uma das modalidades de ativos e passivos externos contidas na conta financeira.
- d) inclusão, no item investimentos diretos, dos empréstimos intercompanhias.
- e) reclassificação de todos os instrumentos de portfolio, inclusive bônus, notes e commercial papers, para a conta de investimentos em carteira.

12 - (Módulo 3 – Aula 1) - A taxa de câmbio relevante para determinar os fluxos comerciais entre os países é

- a) a taxa de câmbio real, que considera a taxa de câmbio nominal e os índices de preço apenas dos produtos estrangeiros.
- b) a taxa de câmbio nominal, que desconsidera a taxa de câmbio real e os índices de preço apenas dos produtos nacionais.
- c) a taxa de câmbio real, que considera a taxa de câmbio nominal e os índices de preço dos produtos nacional e estrangeiro.
- d) a taxa de câmbio nominal, que desconsidera a taxa de câmbio real e os índices de preço dos produtos nacional e estrangeiro.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

13 - (Módulo 3 – Aula 2) – Considere as seguintes afirmações abaixo sobre política fiscal:

I - A tributação progressiva da renda e o programa de seguro desemprego constituem exemplos de estabilizadores automáticos da economia porque elevam o déficit público durante as recessões e o reduzem durante os períodos de expansão econômica.

II - Quando o governo aumenta os gastos públicos, diz-se que a política fiscal é expansionista.

III – Não é possível que as defasagens temporais afetem a eficácia da política fiscal.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas
- c) Nenhuma afirmação está correta
- d) Apenas a afirmação III está correta
- e) Apenas as afirmações I e III estão corretas

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

14 - (Módulo 3 – Aula 2) - No modelo IS-LM para uma economia fechada, indique as conseqüências de um aumento dos gastos governamentais sobre o deslocamento da curva IS, sobre a renda real (Y) e sobre a taxa real de juros (i).

- a) IS – esquerda; Y – redução e i – elevação;
- b) IS – direita; Y – elevação e i – elevação;
- c) IS – esquerda; Y – elevação e i – redução;
- d) IS – direita; Y – redução e i – redução;
- e) IS – esquerda; Y – elevação e i – elevação.

15 - (Módulo 3 – Aula 3) – A teoria da equivalência ricardiana propõe a idéia de neutralidade do déficit público. O consumo, a acumulação de capital e o crescimento econômico não serão alterados em razão de um aumento do déficit público. O aumento da dívida pública será irrelevante, pois baixa carga tributária hoje significa aumento de impostos no futuro. Os agentes econômicos reconhecem isso, portanto, pouparão os recursos, que servirão de fonte de financiamento para maior carga tributária no futuro. Considere as seguintes afirmações abaixo sobre a equivalência ricardiana:

I - Os agentes econômicos tomam suas decisões no presente olhando para o futuro (visão do tipo *forward-looking*).

II - O setor público deve satisfazer uma restrição orçamentária intertemporal, ou seja, o governo não pode acumular sua dívida indefinidamente.

III - As famílias escolhem sua trajetória de consumo em razão de sua renda disponível, não de sua renda permanente.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as afirmações estão corretas
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas
- c) Nenhuma afirmação está correta
- d) Apenas a afirmação III está correta
- e) Apenas as afirmações I e III estão corretas

16 - (Módulo 5 – Aula 1) – A partir de 1995, começou, no Brasil, a privatização dos serviços públicos, com destaque para os setores de telecomunicações e energia elétrica. Ao contrário das privatizações anteriores, no caso desses setores, era necessário que a venda das empresas fosse acompanhada do desenho de um esquema adequado de regulação, sob pena de substituir uma situação de monopólio público por um privado. Essa nova fase também é caracterizada pelo início do processo de desestatização de empresas estaduais, a cargo dos respectivos Estados, ao qual o Governo Federal dá suporte. Assinale a alternativa que não representou um fator de contribuição para esses dois movimentos.

- a) A governabilidade conseguida com o Plano Real.
- b) A necessidade de sustentar a estabilidade de preços.
- c) A privatização vista pelos Estados como uma importante fonte de financiamento.
- d) A própria estabilidade e a mudança na percepção do potencial de risco e de crescimento do mercado brasileiro.

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

e) O insucesso das privatizações realizadas no período 1991/94, evidenciado pelo aumento da ineficiência e redução dos investimentos das empresas.

17 - **(Módulo 5 – Aula 3)** – As situações que levaram vários países ao questionamento e à revisão das bases dos seus sistemas de previdência foram:

- a) o desemprego;
- b) a formalidade nas relações de trabalho;
- c) os impactos da longevidade;
- d) as disfunções do sistema e
- e) o agravamento dos desequilíbrios fiscais.

18 - **(Módulo 5 – Aula 4)** – O principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) consiste em estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Assinale a alternativa que não possui relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Estabelece princípios, normas e regras de um regime de gestão fiscal responsável a serem observados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
- b) Consagra os princípios constitucionais que regem as finanças públicas e a conduta das autoridades encarregadas de geri-las.
- c) Introduz conceitos novos como os de responsabilidade e de transparência e consolida normas e regras já existentes.
- d) Não estabelece limites a serem observados para as principais variáveis fiscais e não cria mecanismos que oferecem as condições para o cumprimento dos objetivos e metas, bem como formas de correção de eventuais desvios.
- e) Estabelece penalidades para as administrações fiscais, com a imputação de responsabilidades pessoais a seus administradores quando forem desobedecidas as regras e normas previstas.

19 - **(Módulo 5 – Aula 5)** – No tocante ao papel do Estado na atividade econômica, diz-se que o setor público deve cumprir, fundamentalmente, as três seguintes funções:

- a) distributiva, fiscalizadora e alocativa.
- b) distributiva, fiscalizadora e estabilizadora.
- c) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- d) fiscalizadora, alocativa e estabilizadora.
- e) fiscalizadora, normativa e estabilizadora.

20 - **(Módulo 5 – Aula 5)** – É uma das razões que justificam a descentralização fiscal:

- a) A busca de uma alocação de recursos mais eficiente.
- b) A tentativa de enfraquecer os governos locais.
- c) A possibilidade de reduzir gastos públicos.
- d) A paridade que seria gerada entre as unidades do governo.
- e) A inexistência de governos locais.

**Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira  
Finanças e Controle da STN (2010)**

**Prova Presencial – Classe C**

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

**GABARITO**

01 – C	11 – B
02 – D	12 – C
03 – E	13 – B
04 – D	14 – B
05 – B	15 – B
06 – C	16 – E
07 – B	17 – B
08 – E	18 – D
09 – C	19 – C
10 – A	20 – A

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

### COMENTÁRIOS

01 – Resposta: letra “c”. O preço de equilíbrio para uma mercadoria é determinado pelas forças conjuntas de demanda e oferta da mercadoria. As alternativas *a* e *b* estão incompletas e a alternativa *d* diz respeito somente ao funcionamento da oferta da mercadoria.

02 – Resposta: letra: “d”. A resposta vem da definição formal de elasticidade-renda, que é “a variação percentual na quantidade demandada, dada uma variação percentual na renda, *coeteris paribus*”, isto é, o quociente das variações percentuais entre quantidade e renda.

03 – Resposta: letra “e”. As externalidades são decorrentes do fato de que a ação de um agente ou grupo de agentes impacta os resultados desejados por outros agentes. As externalidades podem ser positivas (benefícios externos) ou negativas (custos externos), e podem ocorrer ao nível da produção ou do consumo.

04 – Resposta: letra “d”. Bens públicos puros são bens cujo consumo é não-rival e não-excludente. Não se aplica o princípio da exclusão, ou seja, não é necessário pagar para obtê-los. Além disso, esses bens não são rivais, isto é, o consumo de um não impede o consumo de outro. Em outras palavras, o consumo de um bem público por qualquer indivíduo ou empresa não reduz a quantidade disponível para os outros indivíduos. São indivisíveis porque não podem ter seus preços estabelecidos via sistema de mercados.

Não-Rivalidade: o consumo de uma unidade do bem (ou serviço) não reduz a quantidade disponível para outros consumidores. Em outras palavras, seu custo de inclusão é nulo, ou muito baixo. Portanto, quando alguém consome um bem e não há diminuição dos benefícios para o resto da coletividade, dizemos que esse consumo é não-rival.

Não-Excludente: não se pode excluir uma pessoa do consumo daquele bem (ou serviço). Em outras palavras, o custo de exclusão é infinito, ou muito alto, de modo que, devido ao “problema do carona” (*free-rider*), é impossível a sua provisão privada.

05 – Resposta: letra “b”. O item III está incorreto. O oferecimento de uma garantia na compra de um bem é um exemplo de um mecanismo de incentivo usado para evitar problemas de seleção adversa, e não de risco moral. Em outras palavras, o problema de seleção adversa pode ser resolvido através de uma sinalização. Os donos de bons carros usados podem sinalizar a boa qualidade de seus carros oferecendo, por exemplo, uma garantia maior. Isto é, o oferecimento de uma garantia na compra de um bem é um exemplo de um mecanismo de incentivo usado para evitar problemas de seleção adversa.

06 – Resposta: Letra “c”. A Perda de Peso Morto é uma figura geométrica utilizada para medir o ônus que o monopólio ou um imposto indevido traz para a sociedade, impedindo que a alocação eficiente de Pareto seja alcançada. Em outras palavras,

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

- É a medida de perda de eficiência do imposto.
- É a soma dos excedentes do consumidor e do produtor que deixam de ser gerados com o imposto.
- É o valor perdido pelos consumidores e produtores com a redução nas vendas de um bem. Do ponto de vista da sociedade, essa redução é pura perda – um ônus.
- É a perda líquida do excedente dos consumidores e produtores resultante da aplicação do imposto. Ele mede o valor da produção que deixa de ser vendida por causa da incidência do imposto.

Logo, se o governo estabelecer que o preço máximo a ser cobrado é  $P_1$ , a perda de eficiência alocativa (isto é, a perda de peso morto) decorrente será igual à soma das áreas B + C.

07 - Resposta: letra “b”. Uma situação econômica é dita eficiente de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra. Nesse sentido, uma alocação eficiente de Pareto pode ser descrita como uma alocação em que: (i) não há como fazer com que todas as pessoas envolvidas melhorem; (ii) não há como fazer com que uma pessoa melhore sem piorar outra; (iii) todos os ganhos com as trocas se exauriram ou (iv) não há trocas mutuamente vantajosas para serem efetuadas.

08 – Resposta: letra “e”. O Primeiro Teorema do Bem-Estar (1º TBE) para uma economia de trocas afirma que existe um mecanismo (a saber, o mecanismo competitivo) que faz com que os recursos sejam alocados de uma maneira eficiente, independente da distribuição dos benefícios econômicos entre os agentes. Note que, se no mundo real fossem encontradas as condições para a realização do 1º TBE, então não haveria condições para a atuação do Estado visto que o mercado competitivo alocaria os recursos da melhor maneira possível. Porém nas chamadas “falhas de mercado” não se encontram as condições necessárias para a realização do 1º TBE e portanto, em presença dessas falhas de mercado, somente a atuação do Estado pode levar a economia a atingir uma eficiência de Pareto.

09 – Resposta: letra “c”. Deduzindo-se do Produto Interno Bruto a preços de mercado a renda líquida enviada ao exterior, obtém-se o Produto Nacional Bruto a preços de mercado, ou seja,  $PIB_{pm} - RLE = PNB_{pm}$ .

10 – Resposta: letra “a”. Essa curva indica que há um trade-off entre inflação e desemprego, ou seja, mais desemprego se associa com menos inflação.

11 – Resposta: letra “b”. Duas importantes alterações introduzidas com a nova metodologia do balanço de pagamentos são:

(i) Introdução da “conta capital”, que registra as transações relativas às transferências unilaterais de patrimônio de migrantes e a aquisição/alienação de bens não financeiros não produzidos (cessão de marcas e patentes);

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

(ii) Introdução da “conta financeira”, em substituição à antiga conta de capitais autônomos, para registrar as transações relativas à formação de ativos e passivos externos, como investimento direto, investimento em carteira, derivativos e outros investimentos. A conta financeira foi, portanto, estruturada de forma a evidenciar as transações ativas e passivas, as classes dos instrumentos financeiros de mercado e os prazos das transações

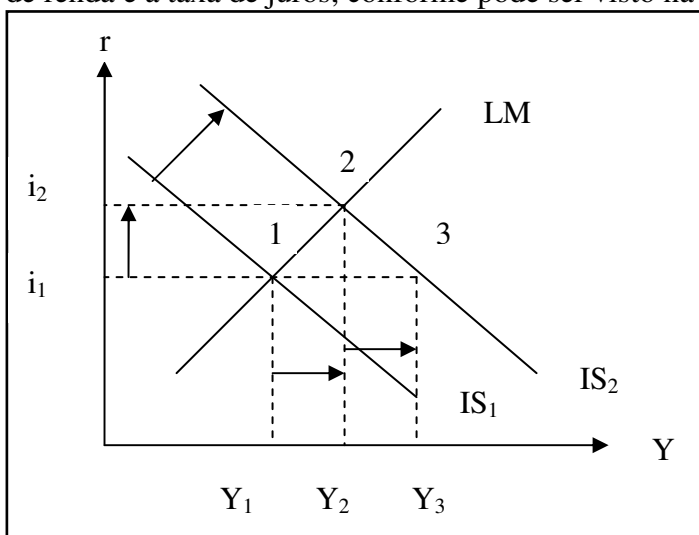
12 – Resposta: letra “c”. Trata-se da própria definição da taxa de câmbio real.

13 – Resposta: letra “b”. A afirmação I está correta porque os estabilizadores automáticos são mudanças automáticas nas receitas tributárias e nas transferências quando a economia se afasta do nível de pleno emprego. Por exemplo, os estabilizadores automáticos contribuem para aumentar os gastos governamentais durante as recessões e reduzi-los durante os períodos de expansão econômica.

A afirmação II é verdadeira pois o aumento dos gastos governamentais é um exemplo de uma política fiscal expansionista.

A afirmação III é falsa porque existe a possibilidade de ocorrer defasagens de tempo entre a adoção de uma medida política e os efeitos dessa intervenção, o que reduziria a eficácia da política fiscal sobre a atividade econômica. Se isso acontece, uma política restritiva poderia começar a ter efeitos no momento errado, isto é, seus efeitos surgiriam num período de recessão, quando a economia precisava realmente de efeitos de política expansionista.

14 – Resposta: letra “b”. Um aumento dos gastos públicos caracteriza uma política fiscal expansiva, a qual desloca a curva IS para direita e para cima, aumentando o nível de renda e a taxa de juros, conforme pode ser visto na figura a seguir:



**Figura:** Política fiscal expansionista

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

15 – Resposta: letra “b”.

A afirmação I está correta porque os agentes econômicos tomam suas decisões no presente olhando para o futuro (visão do tipo *forward-looking*). Além disso, o horizonte de planejamento é suficientemente longo e ultrapassa o próprio período de vida, dado que se reflete na preocupação com os descendentes.

A afirmação II está correta porque o setor público deve satisfazer uma restrição orçamentária intertemporal, ou seja, o governo não pode acumular sua dívida indefinidamente. Assim, se a carga tributária hoje não é suficiente para cobrir os gastos atuais, o governo deverá aumentar impostos no futuro.

A afirmação III não está correta. As famílias escolhem sua trajetória de consumo em razão de sua renda permanente, não de sua renda disponível. A renda permanente é definida como valor presente esperado dos rendimentos líquidos (descontados os impostos). Assim, a expectativa de aumento dos impostos no futuro já está incorporada ao cálculo da renda permanente e às decisões de consumo ao longo do tempo pelos agentes.

16 – Resposta: letra “e”. O sucesso das privatizações realizadas no período 1991/1994 foi evidenciado pelo aumento da eficiência e dos investimentos das empresas.

17 – Resposta: letra “b”. A informalidade nas relações de trabalho foi uma das situações que levaram vários países ao questionamento e à revisão das bases dos seus sistemas de previdência.

18 – Resposta: letra “d”. Dentre os objetivos da LRF, podemos citar o fato de estabelecer limites a serem observados para as principais variáveis fiscais e criar mecanismos que oferecem as condições para o cumprimento dos objetivos e metas, bem como formas de correção de eventuais desvios.

19 – Resposta: letra “c”. As três funções desempenhadas pelo Estado são distributiva, alocativa e estabilizadora. A **função alocativa** do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. Em outras palavras, essa função tem o objetivo de alocar os recursos quando não seja possível, pelas condições de mercado, a determinação de preços de bens e serviços de forma a assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia. Por exemplo, a construção de estradas, que contribui para a expansão econômica de determinada região. É a política que interfere diretamente na composição das mercadorias e serviços, técnicas produtivas e preços relativos, ou seja, a política alocativa interfere diretamente na divisão do produto entre consumo e acumulação. Nos casos em que se verifiquem falhas no mercado competitivo, como as externalidades, assimetria de informação ou bens públicos, seria necessária a intervenção do Estado para promover uma alocação de recursos mais satisfatória. No Brasil, podemos associar o Governo Militar a uma fase de predominância da função alocativa de recursos a partir de um “Estado Empresário” que investiu maciçamente em diversos setores da economia. Nesse período a grande oferta de bens e serviços era

# Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos Servidores da Carreira Finanças e Controle da STN (2010)

## Prova Presencial – Classe C

**Autor: Sérgio Ricardo de Brito Gadelha**

---

coberta pelo setor governamental (serviços de transportes ferroviários, energia elétrica, telefonia, serviços financeiros, exploração de minérios etc).

A **função estabilizadora** do governo concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. O objetivo principal da intervenção do governo é controlar a demanda agregada, através, por exemplo, de políticas fiscais restritivas voltadas ao controle dos gastos públicos e ao aumento da tributação, de forma que o impacto causado pelas crises inflacionárias ou de recessão econômica seja atenuado. Com isso, concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e na manutenção da estabilidade da moeda. É a política que diz respeito aos níveis desejados de produção, emprego, preços e equilíbrio do Balanço de Pagamentos, para uma dada capacidade produtiva. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) podemos identificar a busca pela estabilidade na economia que levou a criação do Plano Real e da Lei de Responsabilidade Fiscal, para citar alguns exemplos.

A **função distributiva** do governo é voltada na necessidade do governo de intervir na economia para tentar corrigir a desigualdade existente na divisão da renda nacional, visto que essa divisão, normalmente, não é igualitária. Para corrigir as distorções na distribuição de renda, o governo pode utilizar impostos com alíquotas progressivas, com o objetivo de impor maior ônus tributário às pessoas que auferem maior renda. Por exemplo, na atual conjuntura brasileira, verifica-se atividade governamental no que se refere à distribuição de renda, via ações compensatórias, tais como as transferências de renda por meio da distribuição de cestas básicas. Portanto, é a política que busca equidade da economia pública.

20 – Resposta: letra “a”. A busca por uma alocação de recursos mais eficiente constitui um dos principais objetivos do processo de descentralização. Do ponto de vista do setor público, a descentralização significa qual esfera de governo pode administrar, de forma mais eficiente, os impostos, gastos de transferência, a regulação e outras funções públicas. A função alocativa está diretamente ligada à descentralização: a questão principal é definir os bens e serviços públicos que devem ser fornecidos de forma centralizada e aqueles cujo fornecimento descentralizado pode proporcionar ganhos de eficiência. A descentralização tornaria a distribuição local de bens e serviços públicos mais eficiente por estar mais próxima dos consumidores.